



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Jornal Daqui Goiás

Ativos da CelgParsão leiloados

O Popular

Inspeção aponta uso irregular de fundo para pagar pessoal

Ações da CelgPar são vendidas por R\$227,3mi e liquidação avança

Atual MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

Bastidores do Poder

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O Popular

Ações da CelgPar são vendidas por R\$ 227,3 milhões e liquidação entra na fase final

Inspeção aponta uso irregular de fundo para pagar pessoal

A Folha News

Seduc abre período de transferências dos alunos dos municípios para rede estadual nesta sexta

Ativos da CelgParsão leiloados

As ações da Companhia Celg Participações (Celg-Par) foram arrematadas por quatro empresas por R\$ 227,3 milhões, em leilão realizado nesta sexta-feira (3), na B3, bolsa de valores brasileira, em São Paulo. Com a venda dos principais ativos operacionais, a estatal caminha para o processo final de liquidação. O leilão foi realizado em meio a polêmica envolvendo questionamento do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e pedido de demissão do presidente.

As ações foram divididas em quatro lotes. No primeiro, 100% das ações da Firminópolis Transmissão e Lago Azul Transmissão foram ofertadas por R\$ 62,1 milhões e vendidas à EDP Transmissão Goiás S.A pelo lance de R\$ 83,6 milhões.

Em seguida, os 49% das ações da Pantanal Transmissão foram vendidas por R\$ 43,1 milhões pela Órion Transmissão S.A. O leilão também vendeu 20% das ações da Energética Fazenda Velha para a Hy Brazil Energia S.A por R\$ 8,7 milhões. Os 25% das ações ordinárias da Energética Corumbá III e 50% das ações preferenciais de emissão foram vendidas por R\$ 91,8 milhões (o valor mínimo).



Inspeção aponta uso irregular de fundo para pagar pessoal

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta uso irregular por parte do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) de recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fundesp-PJ) para pagamento de pessoal. A inspeção ordinária do CNJ realizada em Goiás em agosto afirma que, apenas em verbas indenizatórias, foram pagos R\$ 125 milhões de janeiro a julho deste ano com verba do fundo.

Segundo dados o Portal de Transparencia do TJ -GO, o Fundesp arrecadou R\$ 1,01 bilhão de janeiro a setembro deste ano. Para o CNJ, os recursos do fundo deveriam ser utilizados para a "melhoria da infraestrutura física e tecnológica, e não para o pagamento rotineiro de pessoal". "A inclusão de salários e vantagens desvirtua a finalidade pre-cípua do fundo", diz.

O relatório final da inspeção foi aprovado na semana passada por unanimidade no CNJ. Segundo a equipe que veio a Goiás, o TJ-GO alegou que o uso do fundo decorre de interpretação de relatórios do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). No entanto, o CNJ afirma que a utilização é "irregular, temerária e de alto risco jurídico" considerando " interpretação es-trita das normas fiscais nacionais, notadamente a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o Manual de Demonstrativos Fiscais (M DF), e decisões do CNJ e do Supremo Tribunal Federal LSTF).

"A prática sugere uma potencial violação do princípio da finalidade. uma forma de contor-naros limites de gastos com pessoal impostas pela LRF, por omissão deliberada dos gastos com pessoal no Relatório de Gestão Fiscal (RGF)", diz o documento do CNJ.

A equipe de inspeção afirma que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) "é consolidada em punir o desvio de finalidade, que ocorre quando recursos de uma política pública (ex: modernização) são usados em outra completamente distinta (ex: pagamento de pessoal)".

O relatório afirma que a lei goiana q ue instituiu o Fundesp-PJ não contém cláusula que proíba expressamente o uso de seus recursos para despesas com pessoal e diz que essa omissão contrasta com a legislação de outros estados. "A omissão na lei goiana cria uma ambiguidade legislativa. Pode ser interpretada como uma brecha para práticas que contrariam o espírito das normasderesponsabilidadefis-cal. A utilização dessa possibilidade pelo TJ-GO, portanto, torna sua posição legalmente frágil e dependente de uma interpretação que ignora o contexto normativo nacional", aponta.

O CNJ determ ina que a presidência do TJ-GO preste esclarecimentos, em 30 dias, sobre a utilização de recursos do Fun-desp para remunerações e indenizações, "informando conclusivamente se esses pagamentos estão ou não em observância" a dispositivos legais e jurisprudência do Supremo. O conselho ainda determina que a direção informe se,

na apuração do RGF, foram incluídas todas as verbas de caráter remuneratório/indenizatório pagas a pessoal em atividade com recursos do Fundesp-PJ na rubrica de despesa total de pessoal.

Em resposta ao POPULAR, o TJ-GO afirmou que o uso dos recursos do Fundesp segue a legislação estadual e que prestará todos os esclarecimentos necessários em conformidade com as orientações do CNJ.

O relatório, de 625 páginas, traz outras suspeitas de irregularidades, como pagamento de licenças compensatórias "em aparente desacordo com decisão proferida pelo Corregedor Nacional de Justiça". O CNJ afirmou que, assim como os indícios de nepotismo (Ida na página 4), os casos dos valores das licenças serão analisados em processo específico do órgão, também sigiloso.

DESTAQUES

Entre outros destaques, estão as irregularidades encontradas no Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da comarca de Goiânia. O POPULAR mostrou no dia 17 de setembro a decisão do Órgão Especial do TJ-GO de revogar a titularidade da ex-primeira-dama do Estado de Goiás e ex-deputada federal Maria Bahia Peixoto Valadao do cartório, após determinação do CNJ para retomada de processo administrativo no tribunal. A equipe de inspeção foi a responsável pela apresentação das irregularidades, com a constatação de incapacidade civil da delegatária.

Também é resultado da inspeção a suspensão dos convênios celebrados pelo TJ-GO com o governo estadual e com a Prefeitura de Goiânia para pagamentos de Requisições de Pequeno Valor (RPVs). Segundo a equipe do CNJ, houve descumprimento de normas legais e afronta à autonomia jurisdicional.

O relatório de inspeção traz 13 determinações e várias recomendações à direção do TJ-GO.

Sobre o resultado final da inspeção, a direção do tribunal goiano afirma que a atuação do Conselho "representa uma oportunidade de aprimoramento institucional" e que "observa o relatório com tranquilidade, reafirmando que é natural que pontos sejam indicados para esclarecimento". "O tribunal é hoje referência nacional, tendo conquistado, de forma consecutiva, três Selos Diamante do CNJ e recebido premiações em diversas áreas pelo próprio órgão de controle externo", completa.

A direção afirma que as recomendações apresentadas pelo CNJ "serão tratadas com prioridade, com a implementação de plano de ação, monitoramento permanente e transparência na divulgação dos resultados, reafirmando seu compromisso com os princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e publicidade".



Ações da CelgPar são vendidas por R\$227,3mi e liquidação avança

Quatro empresas arremataram as ações Companhia Celg Participações (CelgPar) por R\$ 227,3 milhões, em leilão realizado nesta sexta-feira (3), na B3, bolsa de valores brasileira, em São Paulo. Com a venda dos principais ativos operacionais, a esta -tal caminha para o processo final de liquidação. O leilão foi realizado em meio a polêmica envolvendo questionamento da área técnica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e pedido de demissão do presidente, Fernando Navarrete.

Os ativos da empresa foram divididos em quatro lotes. No primeiro, 100% das ações da Firminópolis Transmissão e Lago Azul Transmissão foram ofertadas por R\$ 62,1 milhões, mas foram vendidas à EDP Transmissão Goiás S.A pelo lance de R\$ 83,6 milhões. Em seguida, 49% das ações da Pantanal Transmissão foram vendidas por R\$ 43,1 milhões para a Órion Transmissão S.A (o lance mínimo era de R\$31,1 milhões).

O leilão também contemplou a venda de 20% das ações da Energética Fazenda Velha para a Hy Brazil Energia S.A por R\$ 8,7 milhões, mesmo valor que estava previsto no lance mínimo. Por último, foram leiloados 25% das ações ordinárias de emissão da Energética Corumbá III e 50% das ações preferenciais de emissão, totalizando 37,5% do capital social total da companhia, por R\$ 91,8 milhões (também trata do valor mínimo).

O resultado de R\$ 227,3 milhões é 16,8% maior que o preço mínimo geral que havia sido estimado, de R\$ 194,6 milhões, e foi comemorado pela administração estadual. De acordo com o secretário-geral de Governo e diretor-presidente interino da CelgPar, Adriano da Rocha Lima, o valor ainda passará por correção monetária referente à data-base - índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (1PCA) entre dezembro de 2023 até a data do pagamento -, o que deve aumentar o número em cerca de 10%. O recurso arrecadado deve ser aplicado na Previdência estadual.

Em discurso após o leilão, o governador Ronaldo Caiado (UB) lembrou que está no final do segundo mandato, citou ações de sua gestão e interesse em proximidade com a iniciativa privada. "O esforço continuará acontecendo e Goiás se ocupará daquilo que é responsabilidade de estado, para que seja um estado que tenha a capacidade de cuidar de todos os goianos, de maneira a levar saúde, educação, segurança e, ao mesmo tempo, oportunidade para vocês, empresários, alavancarem o meu estado de Goiás", disse Caiado.

Segundo Adriano, a CelgPar ainda tem três usinas fotovoltaicas que geram energia para o consumo do estado, que têm baixo interesse comercial e devem ser transferidas para a administração, assim como os imóveis da companhia. Existem também duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), que devem ter as concessões devolvidas.

Embora o resultado do leilão tenha ficado acima do valor estimado pela CelgPar, o valor está abaixo do que foi indicado em relatório técnico do TCE-GO. O POPULAR mostrou que o documento, que aborda diferentes metodologias, apontou que o preço deveria ser de pelo menos R\$ 238,3 milhões, podendo chegar a R\$ 392 milhões, ou seja, apontando subavaliação do lance mínimo. O relatório recomendou revisão criteriosa dos valores atribuídos aos lotes. Uma empresa que presta consultoria à companhia no processo de desestatização recomendou adiar o leilão, atualizar a data-base de 2023 para 2024 e contratar uma terceira opinião para avaliar a divergência.

No dia 22, Navarrete suspendeu o leilão, que estava previsto para 30 de setembro, provocando insatisfação do governo. No dia 25, depois que Navarrete saiu da presidência, a diretoria anunciou que o leilão seria realizado nesta sexta. Adriano argumentou que o tribunal fez pedido de esclarecimento e o estado demonstrou que a metodologia usada pela CelgPar era a mais adequada para o tipo de ativo em negociação. Na quinta-feira (2), o TCE-GO rejeitou um pedido de liminar para suspender o leilão, que havia sido protocolado pelo deputado estadual Mauro Rubem (PT). O parlamentar fez pedido semelhante ao Judiciário, mas também foi negado.

Na manhã desta sexta, Caiado voltou a fazer críticas à venda da Celg-D, realizada durante a gestão do PSDB, e criticou a atuação do PT no caso da CelgPar.



Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. [Clique aqui para ampliar](#)

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail: imprensa@tce.mt.gov.br

Telefone: 3613-7561

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. [Clique aqui para ampliar](#)

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. [Clique aqui para ampliar](#)

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinópolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R\$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R\$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R\$ 3,12 para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R\$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinópolis

Em relação a Campinópolis, o relator apontou superávit financeiro de R\$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R\$ 1,38 para cada R\$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT O presidente Sérgio Ricardo e o secretário Marcelo de Oliveira vistoriaram as obras na Avenida do CPA nesta quinta-feira (2). [Clique aqui para ampliar](#)

O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), conselheiro Sérgio Ricardo, concluiu que os trechos do BRT previstos no acordo extrajudicial autorizado pelo órgão foram entregues dentro do prazo estabelecido. Em vistoria nesta quinta-feira (2), acompanhada pelo secretário de Estado de Infraestrutura, Marcelo de Oliveira, foi constatado ainda o cumprimento das orientações do Tribunal.

"Quero reconhecer que o Governo sempre priorizou o recurso para que a obra andasse. Houve um momento que um consórcio teve dificuldades, mas entrou um outro grupo de empresas e a obra hoje está como imaginávamos e dentro do prazo. Por isso, acredito que esta seja uma das últimas vistorias, embora o Tribunal de Contas vá continuar acompanhando", afirmou o presidente.

Firmado em março deste ano entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra) e o Consórcio Construtor BRT Cuiabá, o acordo extrajudicial estabelecia que a empresa deveria finalizar trechos previamente iniciados até o dia 2 de outubro, sob pena de multa de R\$ 54 milhões. A medida assegurou a execução do Contrato nº 052/2022, que é objeto de Acompanhamento Simultâneo Especial do Tribunal.

"A equipe do Tribunal de Contas está aqui permanentemente e eu também estou permanentemente conversando com o Marcelo e vejo que a perspectiva é que as obras vão ser cumpridas. Estamos vivendo um divisor de águas, que vai explodir ainda mais o crescimento de Cuiabá. E com uma diferença: o cidadão vai circular com mais tranquilidade", acrescentou Sérgio Ricardo.

Entre os serviços executados pelo Consórcio Construtor, estão a conclusão das pistas em concreto, ajustes de drenagem, recuperação de calçadas e implantação de sinalização viária no trecho entre o Hospital do Câncer e o Viaduto da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), bem como no trecho entre a Defensoria Pública e o Crea, ambos na Avenida Historiador Rubens de Mendonça (Avenida do CPA).

Na ocasião, Marcelo de Oliveira destacou a importância da atuação conjunta do TCE-MT para dar celeridade ao processo, o que, para ele, foi determinante para a entrega desta etapa. "O Tribunal nunca nos faltou o apoio e nos deu a orientação para licitarmos as obras com rapidez, para que não tivéssemos problema com as datas e pudéssemos dar celeridade ao processo."

O secretário também chamou a atenção para outras ações fundamentais que resultaram dessa orientação. "Isto é muito importante e dá uma segurança muito grande para os gestores. Temos trabalhado em diálogo com todos os técnicos do Tribunal e conselheiros. Se não fosse isso, nós não teríamos a solução do Hospital de Júlio Muller, não teríamos a solução da MT-170, não teríamos a solução do pavimento da BR 163."

Obras seguem em etapas

As obras do BRT seguem em execução por etapas, conforme o planejamento de contratação em lotes, que permite maior especialização das empresas. Sendo assim, novos trechos ainda serão licitados, incluindo a construção dos terminais, das estações de embarque e do Centro de Controle Operacional.

Vale esclarecer que o trecho que atualmente está em obras na Avenida do CPA, entre o Viaduto da Sefaz e a Defensoria Pública, não estava previsto no acordo de rescisão com o Consórcio Construtor BRT, mas sim no Contrato nº 041/2025, firmado com o Consórcio Integra BRT em 25 de junho, com prazo de 180 dias.

Neste momento, os trabalhos estão em andamento na Praça Ulisses Guimarães, que receberá uma série de intervenções como parte do Parque Linear, e no trecho que fica entre a praça e o edifício Queen Elizabeth. A empresa também iniciou os trabalhos na Avenida XV de Novembro e na Prainha, próximo ao colégio São Gonçalo.

A Sinfra-MT está com o processo de dispensa de licitação em andamento para construir os terminais do BRT no corredor entre Várzea Grande e o CPA. Estão previstos ainda outros sete lotes, para concluir as obras. Isso inclui o corredor da Avenida Fernando Corrêa, a construção dos terminais, do Centro de Comando e Operações, instalação das estações do BRT, sistema de inteligência e sinalização.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Ações da CelgPar são vendidas por R\$ 227,3 milhões e liquidação entra na fase final

Quatro empresas arremataram as ações Companhia Celg Participações (CelgPar) por R\$ 227,3 milhões, em leilão realizado nesta sexta-feira (3), na B3, bolsa de valores brasileira, em São Paulo. Com a venda dos principais ativos operacionais, a estatal caminha para o processo final de liquidação. O leilão foi realizado em meio a polêmica envolvendo questionamento da área técnica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e pedido de demissão do presidente, Fernando Navarrete.

Os ativos da empresa foram divididos em quatro lotes. No primeiro, 100% das ações da Firminópolis Transmissão e Lago Azul Transmissão foram ofertadas por R\$ 62,1 milhões, mas foram vendidas à EDP Transmissão Goiás S.A pelo lance de R\$ 83,6 milhões. Em seguida, 49% das ações da Pantanal Transmissão foram vendidas por R\$ 43,1 milhões para a Órion Transmissão S.A (o lance mínimo era de R\$ 31,1 milhões).

Inspeção aponta uso irregular de fundo para pagar pessoal

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta uso irregular por parte do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) de recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fundesp-PJ) para pagamento de pessoal. A inspeção ordinária do CNJ realizada em Goiás em agosto afirma que, apenas em verbas indenizatórias, foram pagos R\$ 125 milhões de janeiro a julho deste ano com verba do fundo.

Segundo dados o Portal de Transparência do TJ-GO, o Fundesp arrecadou R\$ 1,01 bilhão de janeiro a setembro deste ano. Para o CNJ, os recursos do fundo deveriam ser utilizados para a "melhoria da infraestrutura física e tecnológica, e não para o pagamento rotineiro de pessoal". "A inclusão de salários e vantagens desvirtua a finalidade precípua do fundo", diz.

O relatório final da inspeção foi aprovado na semana passada por unanimidade no CNJ. Segundo a equipe que veio a Goiás, o TJ-GO alegou que o uso do fundo decorre de interpretação de relatórios do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). No entanto, o CNJ afirma que a utilização é "irregular, temerária e de alto risco jurídico" considerando "interpretação estrita das normas fiscais nacionais, notadamente a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), e decisões do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Seduc abre período de transferências dos alunos dos municípios para rede estadual nesta sexta

Começa nesta sexta-feira (3.10) o processo de redimensionamento da rede estadual de ensino de Mato Grosso, destinado a estudantes oriundos de escolas municipais que serão transferidos para unidades da rede estadual. O prazo para efetivar a matrícula segue até 10 de outubro e deve ser feito presencialmente na escola indicada.

Pais ou responsáveis precisam comparecer pessoalmente à unidade escolar para assinar a ficha de matrícula e entregar a documentação exigida.

Segundo o secretário de Educação, Alan Porto, é importante que os pais fiquem atentos aos prazos. Conforme ele, o redimensionamento é uma etapa estratégica para garantir organização e qualidade no atendimento.

"Estamos ampliando a rede estadual para receber alunos da rede municipal, sempre com foco em assegurar infraestrutura adequada, professores qualificados e continuidade do aprendizado", destacou.

O coordenador de Gestão da Rede, Davi Menezes, também reforçou que a participação da família é fundamental para evitar problemas futuros.

"É fundamental que pais e responsáveis entreguem toda a documentação exigida conforme a Portaria 755/2025, pois a ausência ou incompletude dos documentos pode dificultar ou inviabilizar o processo de matrícula. Solicitamos atenção especial aos prazos e orientações para garantir a efetivação da matrícula", disse.

Entre os documentos obrigatórios estão histórico escolar ou atestado de transferência, RG e CPF do estudante e dos pais ou responsáveis legais, certidão de nascimento ou casamento, comprovante de endereço atualizado, tipo sanguíneo e fator Rh, cartão de vacinação e atestado oftalmológico (para o Ensino Fundamental).

No caso da Educação especial, será preciso apresentar termo de guarda, quando aplicável, e termo de consentimento para tratamento de dados pessoais.

Além do redimensionamento, nesta semana também teve início o período de rematrícula automática para estudantes que já fazem parte da rede estadual, que será encerrado nesta sexta-feira (3.10).

Já para novos estudantes, a fase atualização de cadastro do usuário no portal de matrícula web será do dia 13 de outubro a 7 de novembro, de forma online, pelo portal Matrícula Web.

A Fase de Solicitação de Matrícula para estudantes alvo da educação especial (PAEDE) ocorrerá no período de 23 de outubro à 07 de novembro;

A Fase de Solicitação de Matrícula nas escolas do município de Cuiabá ocorrerá no período de 27 de outubro à 07 de novembro;

A Fase de Solicitação de Matrícula nas escolas dos demais municípios ocorrerá no período de 29 de outubro à 07 de novembro.

Fonte: Governo MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. [Clique aqui para ampliar](#)

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT